

## PLR a ser paga dia 24 correu risco de ser ZERO mas terá avanço por causa do fim do “gatilho”

Dura na queda, a Vale se beneficiaria do gatilho para arrancar o direito dos trabalhadores

Os trabalhadores recebem no dia 24 de fevereiro a PLR relativa ao exercício da Vale em 2016. A informação já repassada internamente pela empresa de um teto de 3.9 salários reflete não apenas um resultado de recuperação da empresa em 2016, mas também modificações nas regras de cálculo do direito negociadas pelos sindicatos com a empresa.

O preço médio do minério de ferro não apresentou em 2016 uma variação muito significativa em relação ao ano anterior. Em 2015, o preço médio ficou em US\$ 55 a tonelada, enquanto em 2016 a média evoluiu para US\$ 58. Se a diferença é tão pequena, porque tivemos então uma PLR zerada relativa a 2015? Na verdade, mesmo com a crise profunda de 2015, teríamos uma PLR de 2.2 salários, mas a empresa registrou um prejuízo financeiro de R\$ 44 bilhões e fomos penalizados pelo “gatilho de geração de caixa”, de 5,9 bilhões, que não foi atingido.

Três fatores permitiram que agora tenhamos um processo de recuperação da PLR:

1-negociação dos sindicatos com a Vale eliminaram o gatilho da geração de caixa como limite mínimo para pagamento do direito;

2-eliminamos em acordo coletivo o índice de acidentes do trabalho como redutor da PLR, que penalizava duas vezes os trabalhadores, tanto no trauma do acidente quanto no impacto financeiro;

3-os trabalhadores reduziram extraordinariamente o custo de produção, pesando positivamente na definição da PLR.

Caso não tivéssemos eliminado o “gatilho” de geração de caixa, estaríamos amargando mais uma

**CORTAR  
NÃO  
VALE**



PLR “Zero”. A situação financeira da empresa, no entanto, melhora desde novembro, apontando para uma PLR próxima do teto de 7 salários para o próximo ano. Enquanto o preço médio do minério em 2016 ficou em US\$ 58, desde o início do ano o produto com teor de 62% disparou. Na última sexta-feira, dia 10 de fevereiro, ele bateu em US\$ 86,60, maior valor desde 2014.

Só a união de todos os trabalhadores irá garantir que este brutal aumento no faturamento da empresa seja revertido para os trabalhadores. O cenário sugere que, pela primeira vez, o L da PLR vai representar um significativo aumento.

Não é a toa que a Vale começa a falar em voltar ao modelo utilizado até 2013. Devemos ter cuidado com a propaganda desta armadilha. Os sindicatos já repudiaram de forma veemente a tentativa de redução na expectativa do valor da PLR para este ano.

A economia brasileira vai muito mal, mas a Vale vai muito bem e pode perfeitamente ser justa e valorizar os seus trabalhadores.

# ELEIÇÃO PARA O CONSELHO DA VALE É ADIADA

## Votação passa para os dias 21 a 23 de fevereiro

**M**otivada pelo caos com a greve policial em Vitória, a votação dos trabalhadores para eleger representantes no Conselho de Administração da Vale foi adiada para os dias 21 a 23 de fevereiro, para garantir o pleno acesso dos trabalhadores às urnas da região.

Participar do Conselho de Administração é vital, para sabermos de investimentos e políticas que possam afetar os trabalhadores, tendo porta-vozes para cobrar dos demais conselheiros reais condições

de trabalho e para defender direitos coletivos dos trabalhadores. Por isto, precisamos de representantes sérios, responsáveis, confiáveis e que não exerçam apenas a prática do discurso inflamado e a verborreia típica de políticos carreiristas.

Todos devemos votar em representantes que tenham o apoio dos sindicatos e da capacidade de mobilização em todo o Brasil, para reverter qualquer política nociva e defender medidas para o crescimento profissional dos trabalhadores.

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA SERÁ O CAOS SOCIAL

A reforma da Previdência Social (PEC 287) proposta pelo governo de Michel Temer prejudica severamente os trabalhadores, mas trará também um verdadeiro caos social em todo o País. Esse diagnóstico está sendo apontado pelo Dieese através de estudo técnico e discutido com sindicatos em todo o País. As aposentadorias, pensões, trabalhadores em auxílio doenças, movimentam fortemente economias com seus rendimentos da Previdência Social. O golpe contra os trabalhadores, reduzindo drasticamente o poder de compra familiar afetará diretamente o sistema econômico, sobretudo nos pequenos e médios municípios. O golpe contra os direitos previdenciários, alertam os técnicos não será prejuízo apenas para quem possa usufruir da aposentadoria, mas por toda a sociedade que passará a ficar desassistida de direitos básicos hoje garantidos pela Constituição de 1988.

### PROPOSTA GOLPISTA

As duas condições básicas para a aposentadoria passam a ser ter pelo menos 65 anos e no mínimo 25 anos de contribuição. No Brasil, pelas características do mercado de trabalho, principalmente no setor privado, não é fácil para um trabalhador acumular 25 anos de contribuição à Previdência.

A PEC também endurece e

reduz a forma de calcular o valor inicial da aposentadoria. Hoje, um homem que se aposenta aos 65 anos recebe 100% da média das 80% maiores contribuições. Pela PEC, para ter um benefício equivalente a 100% da média das contribuições, seria necessário contribuir por 49 anos. É uma exceção assombrosa a pessoa que consegue alcançar 49 anos de contribuição.

A proposta afeta drasticamente as pensões, ao instituir a cota familiar de 50% do valor e de 10% por dependente, com limitação a 100%. No caso de falecimento de pessoa segurada já aposentada, as cotas são aplicadas ao valor de seu benefício. Por exemplo, a morte de uma pessoa aposentada, que ganhava salário mínimo de aposentadoria e tinha como dependente só o cônjuge (sem renda), resultará em uma pensão de 60% do salário mínimo. Nesse caso, o benefício seria de R\$ 562,20 em janeiro de 2017.

A PEC 287 estimula a Previdência privada, ao corroer a confiança no sistema de Previdência Pública, dificultando e retardando o acesso aos benefícios e diminuindo seu valor. Qual o interesse dessa reforma? O interesse financista, do capital financeiro. Além de reduzir a contribuição para a Seguridade Social, abre o mercado para a exploração do setor por empresas privadas.

### PROPOSTAS DAS CENTRAIS E DIEESE PARA A PREVIDÊNCIA

1. Revisão ou fim das desonerações das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento das empresas;
2. Revisão das isenções previdenciárias para entidades filantrópicas;
3. Alienação de imóveis da Previdência Social e de outros patrimônios em desuso, por meio de leilão;
4. Fim da aplicação da DRU - Desvinculação de Receitas da União - sobre o orçamento da Seguridade Social;
5. Criação de Refis para a cobrança dos R\$ 236 bilhões de dívidas ativas recuperáveis com a Previdência Social;
6. Melhoria da fiscalização da Previdência Social, por meio do aumento do número de fiscais em atividade e aperfeiçoamento da gestão e dos processos de fiscalização;
7. Revisão das alíquotas de contribuição para a Previdência Social do setor do agronegócio;
8. Destinação à Seguridade e/ou à Previdência das receitas fiscais oriundas da regulamentação dos bingos e jogos de azar, em discussão no Congresso Nacional;
9. Recriação do Ministério da Previdência Social.